



Plenário pode votar hoje indexador da dívida dos estados

Projeto que obriga a União a adotar em 30 dias o novo parâmetro de reajuste da dívida de governos estaduais e prefeituras foi discutido na semana passada

O novo indexador será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros de 4% ao ano e foi estabelecido na Lei Complementar 148/2014. Mas falta a fixação de um prazo para que a regra

entre em vigor, objetivo de projeto de lei já aprovado pelos deputados. O governo tenta adiar a adoção da nova regra para 2016. Já a relatora do texto no Plenário do Senado, Marta Suplicy, rejeitou emenda que prevê o adiamento. **7**



Anders Wluff/SXC

Cadeirantes: benefícios para pessoas com deficiência serão avaliados

Estatuto da Pessoa com Deficiência volta a análise

Projeto de lei do Senado que trata dos direitos das pessoas com deficiência recebeu substitutivo na Câmara com diferenças significativas.

Estudo da Consultoria do Senado aponta avanços e retrocessos, que agora serão reexaminados pela Comissão de Direitos Humanos. **3**

Valorização do artesanato em debate **4**

Telmário quer CPI sobre morte de índios **3**

Autonomia do Banco Central em pauta **6**

Comissão discute política energética **2**

Código de Processo Civil em versão digital **2**

Seis propostas da reforma política prontas para votação

Três já estão na pauta do Plenário e três aguardam inclusão. Os textos tratam do financiamento de cam-

panhas, voto facultativo, mudanças na datas de posse dos eleitos e cotas para mulheres no Legislativo. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Temas da reforma política continuam como prioridade para os senadores

ACONTECEU NO SENADO

Nova partilha do ICMS eletrônico beneficia estado pobre

Na semana passada, o Congresso promulgou a PEC que estabelece a divisão do ICMS do comércio eletrônico. Antes,

todo o imposto ficava com o estado onde se localiza a loja. Agora, uma parte ficará com o estado do consumidor. **8**

Produtor de cacau pede apoio do governo

Em audiência realizada na Bahia, agricultores cobraram plano de apoio ao cacau para impulsionar fabricação de chocolate no país. **2**

Senadoras Lídice e Ana Amélia (ao centro) visitam Biofábrica de Cacau na Bahia



Gabriel Cavallini/Gabinete Sen. Lídice da Mata

Brasília

55 anos



São tantos motivos para visitar, cuidar e amar Brasília... Compartilhe o seu!

#pqamobrasilia

SENADO FEDERAL

Fortalecimento da cultura do fruto, que é usado na fabricação do chocolate, foi discutido por debatedores em audiência pública que avaliou políticas de apoio ao setor. Brasil é o sexto maior produtor mundial

Especialistas pedem plano de apoio à cultura do cacau

A NECESSIDADE DE construir um plano nacional de apoio à cultura do cacau e de valorizar o órgão criado pelo governo federal para lidar com questões da lavoura do fruto foram os principais temas em debate durante audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na sexta, em Ilhéus e Itabuna (BA).

Coordenada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA, a audiência teve participação de Lídice da Mata (PSB-BA), deputados, agricultores, pesquisadores e representantes do governo da Bahia e de cidades da região.

Ana Amélia ressaltou a importância econômica para a região sul da Bahia, lembrando que a cultura do cacau no estado contribui para que o Brasil seja o sexto maior produtor mundial. Ela mostrou preocupação com o esvaziamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), ligada ao governo. Ela destacou a realização de concursos públicos para o preenchimento de vagas abertas no quadro técnico da comissão.

— O órgão passa por reduções sucessivas de orçamento e precisa ter resgatado o seu papel de suporte aos produtores



Lídice e Ana Amélia em audiência pública sobre setor cacauero em Ilhéus (BA)

de cacau — afirmou.

Já Lídice disse que é preciso discutir um plano nacional para a lavoura cacaueira e ressaltou a importância de aprovar projeto de sua autoria (PLS 93/2015) que prevê teor mínimo de 35% de cacau puro nos chocolates produzidos e comercializados no país.

— Isso representa uma agregação de valor ao cacau, que antes era exportado de forma bruta e ganha cada vez mais mercado ao ser processado como chocolate. Além do setor agropecuário, a iniciativa também beneficia o setor de turismo, que pode ser facilmente incluído no processo que agrega toda a cadeia produtiva do cacau — explicou.

O secretário estadual de Desenvolvimento Agropecuário e

de Pesca do Pará, Hildegardo Nunes, disse que a cultura do cacau possui grande valor ambiental, pois é responsável pela preservação de grande parte da Mata Atlântica e de parte da Floresta Amazônica.

Henrique Almeida, presidente da Biofábrica do Cacau e integrante do Conselho Superior da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia, defendeu a implantação de um marco regulador semelhante ao do café e a criação de categorias especiais do chocolate.

Também participaram o deputado federal Bebeto Galvão (PSB-BA), autor de projeto na Câmara que também beneficia a cultura cacaueira, o deputado estadual Eduardo Salles (PP-BA) e o prefeito de Ilhéus, Jabes Ribeiro, entre outros.

O papel do Congresso na construção de Brasília

A Agência Senado publicou um vídeo que explica de que forma o Congresso participou da construção de Brasília. A inauguração da capital, em 21 de abril de 1960, completou 55 anos ontem.

Parte dos senadores, mostra o vídeo, apoiou o presidente Juscelino Kubitschek

na decisão de transferir a sede da República do Rio para o Planalto Central. Eles argumentaram que a nova cidade levaria o desenvolvimento para o interior do Brasil. Parte dos senadores, por outro lado, tentou evitar a mudança. Eles tentaram criar CPIs e adiar a inauguração de

Brasília, sem sucesso.

No vídeo, o consultor legislativo do Senado Marcos Magalhães explica que coube ao Congresso aprovar os projetos de lei necessários para a construção da cidade.

O vídeo está na página da Agência Senado (www12.senado.leg.br/noticias/videos).

Estudo do DataSenado embasa debate sobre energia

A Comissão de Infraestrutura (CI) faz audiência hoje para apresentar os resultados de pesquisa de opinião feita pelo DataSenado, em parceria com a Universidade de Columbia (EUA), sobre as opiniões dos

brasileiros a respeito das políticas energéticas no país.

Thiago Cortez Costa, assessor da Secretaria da Transparência do Senado, é o convidado que deve apresentar detalhes sobre o estudo,

realizado entre 3 de fevereiro e 2 de março, com 1.166 entrevistados em todo o país.

Esta é a segunda vez que o DataSenado atua com a Universidade de Columbia, que vem realizando pesquisa no setor de energia em todo o mundo.

O DataSenado é vinculado à Secretaria da Transparência e desenvolve pesquisas que sirvam para estreitar a comunicação entre o Senado e a sociedade.

O serviço faz enquetes quinzenais, pela internet, que sondam tendências e expectativas de opinião pública.



Parque de energia eólica no RS: DataSenado ouviu brasileiros sobre o tema

Novo CPC e obra sobre reforma política disponíveis para download gratuito

As obras *Resgate da Reforma Política: diversidade e pluralismo no Legislativo* e o novo *Código de Processo Civil* estão disponíveis em formato digital para download gratuito na Livraria Virtual do Senado.

O livro *Resgate da Reforma Política* reúne textos de consultores e advogados do Senado. A publicação aborda temas como financiamento de campanhas eleitorais, participação da mulher na

política, voto facultativo e mudanças no sistema eleitoral.

O *Código de Processo Civil* traz a versão final do texto, sancionado em março. O novo código foi concebido para simplificar, agilizar e tornar mais transparentes os processos judiciais na esfera civil. Ele passa a valer em 2016.

Accesse as novas publicações na Livraria do Senado: livraria.senado.gov.br

Wellington quer comissão externa para visitar obras paralisadas em MT

Está na pauta de hoje da Comissão de Infraestrutura (CI) pedido de Wellington Fagundes (PR-MT) de formação de comissão temporária externa com três senadores para visita às obras de duplicação da BR-163, em Mato Grosso.

O senador explica que as obras do trecho que ficou a cargo do Departamento Na-

cional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no acordo de concessão estão paralisadas por atraso no repasse de recursos.

Já os trabalhos no trecho de responsabilidade da concessionária que venceu a concorrência seguem o cronograma.

A comissão deve analisar ainda dois pedidos de realização de audiência pública.



Aníle Cordeiro/Agência Senado



Ann Volpe/Senado Federal

Na quinta-feira, o senador Cristovam Buarque (ao microfone) promoveu mais uma edição do Roda de Conversa, debate político com convidados no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O tema da vez foi "Diálogo e entendimento entre os agentes políticos para a superação da crise".

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Novo indexador

14h O primeiro item da pauta é o PLC 15/2015 — Complementar, que altera o indexador das dívidas dos estados.

PRESIDÊNCIA Sessão plenária

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CI Política energética

8h30 Audiência para apresentar pesquisa do DataSenado sobre políticas energéticas. Após, análise de requerimentos.

CAS Preço de serviços de saúde

9h Na pauta, projeto que obriga hospitais e clínicas a exibirem tabela de preços.

CE Artesão

9h Audiência pública interativa para debater políticas para o artesão no Brasil. Entre os convidados, a diretora de Empreendedorismo do Ministério da Cultura.

INSTITUCIONAL Temas relevantes

14h Apresentação, no Auditório Petrólio Portella, dos compromissos do Senado em palestra de Oscar Motomura.

MP 665/2014 Direitos trabalhistas

14h30 Reunião sobre a Medida Provisória 665/2014, que altera direitos dos trabalhadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Direitos Humanos terá pela frente desafio de analisar mudanças significativas propostas pelo substitutivo da Câmara a projeto originado pelo Senado

Direito da pessoa com deficiência será avaliado

ESTÁ SENDO REEXAMINADA na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a proposta de uma nova legislação para criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O substitutivo (SCD 4/2015), aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados, revela diferenças significativas em relação à versão aprovada pelos senadores originalmente no PLS 6/2003. As alterações dizem respeito ao papel da pessoa com deficiência na sociedade. Romário (PSB-RJ) será o relator do substitutivo na CDH.

Ao justificar a apresentação da proposta, há 12 anos, o autor do texto original, Paulo Paim (PT-RS), admitia a inserção social da pessoa com deficiência como o principal objetivo da lei a ser aprovada. Porém, o caminho para alcançar a meta dependeria de políticas públicas consistentes, que assegurassem condições especiais para reduzir ou eliminar barreiras decorrentes da deficiência, o que ofereceu um viés protetivo ao estatuto.

No projeto original, o autor havia sugerido uma mudança na forma de concessão do benefício mensal de um salário mínimo pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas — Lei 8.742/1993). Paim pretendia eleger



Benefícios aos quais as pessoas com deficiência têm direito estão sendo revistos pelo Congresso

como apta ao benefício a pessoa com deficiência e que fosse carente, com renda mensal familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo. Hoje o índice é de 25% do salário.

O substitutivo elaborado pela deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é cadeirante, manteve o auxílio mensal de um salário mínimo aos deficientes que não podem se sustentar, mas excluiu todos os demais ajustes

no benefício de prestação continuada (BPC) sugeridos por Paim.

Sem privilégios

A supressão do texto original se estendeu a outros dispositivos. Quando seguiu para a Câmara, em 2006, o PLS 6/2003 contava com 286 artigos. Retornou ao Senado, nove anos depois, na forma do SCD 4/2015, com 127 artigos. No processo, Mara procurou

manter dispositivos contidos no projeto, reformular ou eliminar outros e inserir aspectos inovadores.

A relatora na Câmara tratou de amparar as mudanças no projeto no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à legislação brasileira em 2009. Dessa harmonização, resultou uma nova abordagem na percepção da deficiência, o que levou, inclusive, à adoção da expressão Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) para designar a proposta.

“A nosso ver, (a nova denominação) reflete com maestria o objetivo do texto que ora apreciamos, qual seja o de garantir a plena participação social das pessoas com deficiência. A LBI não prevê benefícios nem privilégios para as pessoas com deficiência. Prevê instrumentos para garantir e possibilitar o exercício dos nossos direitos e nossa plena participação social”, ressalta Mara.

O substitutivo também altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e mais 21 leis que referenciam questões de interesse das pessoas com deficiência, como o Código Civil (Lei 10.406/2002) e o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991).

Estudo da Consultoria vê avanço e retrocesso no substitutivo

Um estudo feito pela Consultoria Legislativa do Senado (Conleg) constatou avanços no substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Uma das inovações tidas como “mais louváveis” e em sintonia com os termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é o reconhecimento de que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

“São a falta de discernimento e a incapacidade de manifestar a vontade, e não a deficiência, que devem limitar a capacidade civil”, diz o documento, coordenado pelo consultor Felipe Basile.

A perspectiva de autonomia e independência teria levado o substitutivo a estabelecer a garantia dos direitos de casar, ter vida sexual ativa e acesso a meios reprodutivos, além de constituir família à essa parcela da população.

Outra novidade foi assegurar o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência. A criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi outro dispositivo novo considerado importante pelos consultores, pois permitirá a identificação e caracterização socioeconômica das pessoas com deficiência, assim como dificuldades de acesso a direitos.

Os consultores do Senado apontaram aspectos negativos, por exemplo, na mudança que diminui a reserva de 5% para 2% em vagas de estacionamentos e as restringe às pessoas que apresentem comprometimento de mobilidade. Para eles, o número já é reduzido e há atualmente muito desrespeito na ocupação. Além disso, pessoas com outros tipos de deficiência podem precisar das vagas.

Magno Malta rejeita mudanças da Câmara e apresenta três emendas

Três emendas já foram apresentadas ao substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 4/2015). Todas são de autoria de Magno Malta (PR-ES). Porém, como explicou o consultor legislativo Felipe Basile, que coordena o estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre o SCD 4/2015, a fase de reexame de um projeto do Senado modificado pela Câmara não admite o acréscimo de conteúdo novo na proposta.

— A rigor, só caberiam emendas de redação [nesta etapa] — disse Basile.

Assim, o relator, Romário, só teria duas possibilidades neste caso: manter a mudança feita pelo substitutivo da Câmara ou resgatar o texto original do PLS 6/2003, elaborado por Paulo Paim, atual presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Uma das emendas modifica item que reconhece que a deficiência não afeta

a plena capacidade civil da pessoa para retirar o direito de “exercer direitos sexuais e reprodutivos”.

Outra emenda elimina dispositivo que garante respeito à identidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência nos serviços de saúde pública. Para Malta, as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” representam uma ideologia devastadora de organizações que buscam destruir a instituição família enquanto união entre homem e mulher.

A última emenda obriga o poder público a proteger os indígenas com deficiência de práticas tradicionais que atentem contra sua vida e integridade físico-psíquica, como o infanticídio e o homicídio, abuso sexual, pedofilia, atentado violento ao pudor, estupro individual e coletivo, maus-tratos e escravidão.

Senado pode ter CPI para investigar mortes de índios

Telmário Mota (PDT-RR) vai recolher assinaturas para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de assassinatos de índios em Roraima. Além disso, um grupo de trabalho deve ser formado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para tratar do mesmo tema. O anúncio das duas medidas foi feito por João Capiberibe (PSB-AP), após sessão em homenagem aos povos indígenas na quinta-feira.

Segundo o índio Anselmo Yanomami, no ano passado 140 índios dos

povos ianomâmi, iecwana, sanomá e xirixana, que vivem em Roraima e no Amazonas, morreram em um período de seis meses. A liderança indígena responsabilizou a Secretaria Especial de Saúde Indígena pelas mortes.

— A Secretaria Especial de Saúde Indígena, através do Distrito Sanitário Especial de Saúde Ianomâmi e Iecwana, não dá assistência para o meu povo, assim como para todos os povos indígenas do Brasil. Merecemos respeito. Queremos respeito, porque somos povos originários desta terra chamada Brasil — denunciou Anselmo Yanomami.

Telmário adiantou que já cobrou providências do Ministério da Saúde e disse que, se elas não acontecerem, quer uma CPI para descobrir o que de fato ocorre com esses índios. O senador afirmou que advertiu o ministro Arthur Chioro para a possibilidade.

— Eu disse para ele: “Olha, eu vou abrir a CPI, inclusive para pegá-lo”. Se for o caso, vamos pegar ministro, presidente. Eu sou da base de apoio ao governo, mas a minha base são os meus povos — afirmou Telmário, que nasceu em uma comunidade indígena.



Telmário Mota, que vai colher as assinaturas da CPI, discursa em homenagem aos indígenas

Artesanato brasileiro é tema de audiência hoje

Debate na Comissão de Educação pretende reconhecer a importância do artesão, analisar normas sobre atividade e discutir políticas de desenvolvimento para o setor

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) vai discutir a situação dos artesãos brasileiros hoje, a partir das 9h. A audiência pública foi proposta por Fátima Bezerra (PT-RN), que está preocupada com a falta de regulamentação da categoria. A intenção é analisar as políticas públicas atualmente existentes para o setor e aprimorá-las.

Estima-se que 10 milhões de brasileiros, em sua maioria mulheres, vivam direta ou indiretamente da produção artesanal no país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2009, contabilizam cerca de 8,5 milhões de brasileiros fazendo do artesanato o seu pequeno negócio, movimentando mais de R\$ 50 bilhões por ano.

— Na verdade, a história do artesanato confunde-se com o início da civilização. Mesmo assim, no Brasil, ainda hoje, não existe uma legislação específica para o setor e nem sequer a profissão é regulamentada — disse a senadora.

Fátima Bezerra afirma que

valorizar o artesão é valorizar a cultura local e brasileira, pois a atividade estimula não só a manutenção de uma cultura regional e da identidade cultural do país, como também o turismo e a própria economia. Por isso, defende políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do setor.

— Buscamos um caminho sólido de desenvolvimento para o artesanato e para o artesão no país — afirmou.

Legislação

A regulamentação da profissão de artesão está no Projeto de Lei do Senado (PLS) 136/2009, que atualmente está na Câmara como PL 7.755/2010. A proposta define a atividade profissional do artesão, estabelece diretrizes para as políticas públicas de fomento ao artesanato, institui a carteira profissional das categorias a ele relacionadas e autoriza o governo a criar a Escola Técnica Federal do Artesanato.

Hoje, as políticas do governo para a área de artesanato



Feira de artesanato em Brasília: exposições e feiras impulsionam venda de produtos artesanais e fortalecem cultura

estão a cargo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, por meio do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

Já confirmaram presença na audiência: Gustavo Vidigal, coordenador-geral de Ações Estruturantes da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura; Isabel Bezerra, presidente da Confe-

deração Nacional dos Artesãos do Brasil; Manoel Vital Filho, diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; e Ana Beatriz Ellery, coordenadora do Programa do Artesanato Brasileiro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

ARTESÃO BRASILEIRO

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

[@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoEducacao>

Começa debate sobre emplacamento de trator

Está marcada para amanhã a instalação da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 673/2015, que dispensa de licenciamento e emplacamento os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arras-

tar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

A medida atende pleito do setor produtivo e determina que os equipamentos estarão sujeitos a registro único em cadastro específico da repartição competente. Valerá para trato-

res e máquinas produzidos a partir de 1º de janeiro de 2016.

A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), que até então previa que aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou pavimentação eram sujeitos, para que pudessem transitar pelas vias, a registro e licenciamento em repartição competente (Detran), devendo receber numeração especial.

Já foram sugeridas 82 emendas à MP. Com a instalação da comissão, também serão eleitos o relator da proposta e o presidente do colegiado.

Patrus Ananias falará sobre regularização fundiária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência amanhã, às 8h, sobre a legalização de terras, especialmente na Região Norte. Entre os convidados, está o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, que deverá avaliar o Programa de Regularização Fundiária. A iniciativa partiu de Acir Gurgacz (PDT-RO) para saber o que tem sido feito pelo governo em relação às atividades de identificação, demarcação, cadastramento e regularização de ocupação de imóveis em zonas rurais e urbanas.

Também foram convidadas a

presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia de Oliveira; a secretária do Patrimônio da União (SPU), Cassandra Maroni; além do secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes.



Ministro Patrus Ananias apresentará programa de cadastramento rural



Comissão vai analisar proposta que isenta máquina agrícola de emplacamento

Dr. Rosinha quer discutir Mercosul

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira o alto representante-geral do Mercosul, Dr. Rosinha, que propôs um debate aprofundado no Senado sobre a representação no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Tramitam no Senado duas propostas que regulamentam as eleições para o Parlasul: o PLS 126/2011, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), e o PLS 358/2013, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), eleito na quarta-feira passada para presidir a representação.

— Sugeri ao presidente Renan que delegue à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul um estudo sobre a situação e também um debate mais profundo nas comissões onde as

propostas tramitam — explicou Dr. Rosinha.

Pelas regras atuais, um grupo de 13 estados brasileiros teria direito a apenas um representante no Parlasul. Dr. Rosinha sugere o que chama de representação atenuada, na qual o Brasil teria direito a 74 parlamentares. As eleições estão previstas para 2016.

O alto representante-geral do Mercosul também comunicou a Renan que o secretário-geral da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o colombiano Ernesto Samper, estará no Brasil no dia 11 de maio. A Unasul é integrada pelas duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN).

Comissão sabatina dois diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina amanhã os diplomatas indicados para a embaixada do Brasil na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Eduardo dos Santos, e para a Geórgia, Cícero Martins Garcia.

Ministro de primeira classe, Eduardo dos Santos nasceu em 1952, no Rio de Janeiro. Formado em direito, foi, entre 2013 e 2015, secretário-geral do Itamaraty.

Marta Suplicy (PT-SP) é a relatora da indicação de Eduardo dos Santos. No relatório, lido em 16 de abril, Marta observou que o Reino Unido é o nono maior investidor no Brasil e também um dos principais destinos para os produtos nacionais na Europa. Em 2014, o intercâmbio comercial bilateral

totalizou US\$ 7 bilhões, sendo US\$ 3,8 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 3,2 bilhões de vendas britânicas.

Nascido em 1953, em Pinhal (SP), Cícero Martins Garcia é ministro de segunda classe do Itamaraty. Também graduado em direito, Garcia ingressou na carreira diplomática em 1980. Atualmente ocupa o posto de cônsul-geral-adjunto em Madri, Espanha.

No parecer, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), registra que o Brasil jamais assinalou déficit no intercâmbio. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e da Indústria, as exportações brasileiras para a Geórgia teriam alcançado, em 2013, US\$ 256,7 milhões e as importações teriam sido pouco superiores a US\$ 2 milhões.



Marri Nogueira/Agência Senado

Eleitora volta no pleito de 2014: Senado analisa propostas que alteram o sistema eleitoral, como o voto facultativo

Plenário pode votar mais 6 textos da reforma política

Financiamento de campanhas, voto facultativo, mudança nas datas de posse e cota para mulheres no Legislativo estão entre as propostas prontas para análise. Outros 33 projetos foram apresentados em 2015

A REFORMA POLÍTICA permanece como prioridade no Senado. Três propostas tiveram a análise concluída na Casa em março, seis podem ser votadas em Plenário nas próximas semanas (*veja quadro*) e duas retornaram para reexame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A esses textos, com tramitação mais avançada, juntam-se outros 33 apresentados este ano.

A prioridade para a reforma política é defendida por todos os partidos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem buscado ampliar a discussão dos temas. Por iniciativa dele, a Casa promoveu sessão temática em fevereiro, que teve entre os convidados o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre os textos com tramitação finalizada, está o PLC 4/2015, que estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. Em março, o projeto foi aprovado pelo Senado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

Os senadores aprovaram também a PEC 40/2011, que veda a coligação de partidos nas eleições proporcionais: deputados federais, estaduais e vereadores. A proposta foi enviada à Câmara.

A terceira proposição finalizada (PEC 58/2013) tratava da criação de partidos e foi rejeitada por modificar lei já alterada pela PEC das coligações, que também abordava a formação de legendas.

Quanto aos projetos que estão na pauta de votações do Plenário, três tratam do financiamento das campanhas eleitorais e da divulgação de despesas pelos partidos.

O PLS 268/2011 estabelece o financiamento público exclusivo de campanha. O PLS 60/2012 restringe as doações aos candidatos e recebeu na CCJ um texto substitutivo para vedar as doações de empresas.

Prontos para votação

CONSTAM DA PAUTA DO PLENÁRIO

- **PLS 60/2012**, de Vanessa Grazziotin, impede doações diretamente para os candidatos.
- **PLS 601/2011**, do ex-senador Pedro Taques, obriga candidatos e partidos a divulgar na internet relatórios referentes a recursos arrecadados e gastos na campanha eleitoral.
- **PLS 268/2011**, da Comissão da Reforma Política (2011), prevê o financiamento público exclusivo de campanha.

AGUARDAM INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA

- **PEC 55/2012**, de Ricardo Ferraço, institui o voto facultativo nas eleições. Rejeitada pela CCJ, terá cinco sessões de discussão antes da votação em 1º turno.
- **PEC 38/2011**, da Comissão da Reforma Política (2011), estabelece posse do presidente da República em 15 de janeiro; de governador e prefeito em 10 de janeiro; de deputados estaduais e distritais em 1º de fevereiro. Mandato de cinco anos para esses cargos foi rejeitado na CCJ. Passou por 5 sessões de discussão e aguarda inclusão na ordem do dia.
- **PLS 295/2011 — Complementar**, de Gleisi Hoffmann, determina que 50% das vagas na Câmara de Deputados, câmaras municipais e assembleias legislativas serão preenchidas por mulheres. Aprovado na CCJ, aguarda inclusão na ordem do dia.

Já o PLS 601/2011 foi rejeitado na CCJ, mas recebeu recurso para votação em Plenário. A proposta obriga candidatos e partidos a divulgarem na internet relatórios referentes a recursos arrecadados e gastos na campanha.

Também estão prontas para votação, mas aguardando inclusão na ordem do dia (pauta) do Plenário, as Propostas de Emenda à Constituição 55/2012 e 38/2011.

A primeira trata do voto facultativo e terá cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. A segunda estabelece a posse do presidente da República em 15 de janeiro; de governador e prefeito em 10 de janeiro; e de deputados estaduais e distritais em 1º de fevereiro.

A PEC 38/2011 previa ainda mandato de cinco anos para os cargos, mas o item foi rejeitado na CCJ. A proposta passou por cinco sessões de discussão.

Também aguarda inclusão na agenda do Plenário o PLS 295/2011 — Complementar, determinando que 50% das vagas na Câmara de Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais sejam preenchidas por mulheres.

As PECs 73/2011 e 48/2012,

que exigem a desincompatibilização do presidente, governador e prefeito que queiram se reeleger, foram discutidas por cinco sessões e estavam prontas para votação, mas retornaram à CCJ.

Também na CCJ, aguarda indicação de relator a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2014, que propõe o fim da reeleição e mandato de cinco anos para chefes do Executivo e parlamentares, além de restrição de acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV.

Novos

Desde o início da atual legislatura, em fevereiro, foram apresentadas no Senado 17 PECs e 16 projetos de lei sobre reforma política. Cinco PECs acabam com a reeleição para o Executivo: a 19/2015, a 30/2015, a 37/2015, a 47/2015 e a 49/2015. Quatro projetos tratam do financiamento das eleições: os PLSs 127/2015, 166/2015, 169/2015 e 185/2015.

Os textos foram encaminhados à CCJ. As PECs têm de passar por duas sessões de votação em Plenário, mas os projetos podem ter decisão final na própria comissão.

Comissão deve analisar hoje voto distrital para vereadores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje projeto que determina a adoção de voto distrital na eleição de vereadores de municípios com mais de 200 mil eleitores. De acordo com o PLS 25/2015, de José Serra (PSDB-SP), a cidade seria dividida em distritos, em número igual ao de vagas na câmara municipal. Cada distrito elegeria um vereador por maioria simples (50% dos votos mais um). Assim, o candidato mais votado seria eleito.

O partido ou a coligação poderia registrar apenas um candidato a vereador por distrito e cada vereador teria um suplente. Os tribunais regionais eleitorais ficariam responsáveis por definir os distritos, observando a continuidade do território e a igualdade de voto.

Na quarta-feira passada, o relator na CCJ, Eunício Olivei-

ra (PMDB-CE), leu seu voto, favorável ao projeto, com uma emenda para excluir dispositivo que previa a extinção da propaganda eleitoral dos candidatos a vereador.

O texto não foi votado na semana passada por causa de pedido de vista apresentado por Humberto Costa (PT-PE). Ele argumenta que a proposta é inconstitucional, pois vale para vereadores a regra para escolha de deputados, prevista na Carta, que determina adoção do sistema proporcional para assembleias legislativas.

O autor e o relator discordam. Eles alegam que a norma para câmaras municipais está prevista apenas no Código Eleitoral, podendo ser alterada por projeto de lei simples.

Em favor do texto, Serra diz que o voto distrital reduzirá o custo das campanhas, além de permitir maior proximidade entre eleitores e candidatos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Relator na CCJ, Eunício Oliveira deu parecer favorável à proposta de Serra

Senado ouve entidades sobre redução da maioria penal

A redução da maioria penal será discutida amanhã, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O tema está em análise na Câmara e no Senado, na forma de duas propostas de emenda à Constituição (PECs).

O debate contará com Luciana Loureiro Oliveira, procuradora regional dos Direitos do Cidadão no DF; André Augusto Salvador Bezerra, presidente da Associação Juízes para a Democracia; Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes, da Associação Nacional dos Defensores Públicos; Andresa Porto, coordenadora da Rede Justiça Criminal; e Mariza Monteiro Borges, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Também comparecerão representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho

Federal de Serviço Social.

Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou em março a admissibilidade da PEC 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

No Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou em 2014 mudanças no limite de idade para responsabilização penal previstas na PEC 33/2012, que prevê possibilidades para que maiores de 16 anos sejam julgados como adultos. A PEC pode ser analisada, já que o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e outros senadores apresentaram recurso para votação em Plenário.

O texto permite a aplicação da lei penal a jovens de 16 a 18 anos em situações específicas, criando uma hipótese chamada de "incidente de desconsideração de inimputabilidade". O incidente só poderia ser proposto pelo Ministério Público em caso de crimes hediondos ou reincidência múltipla em lesão corporal grave e roubo qualificado.

Só Congresso pode tornar Banco Central autônomo, diz consultor

Origem do BC o manteve atrelado ao Executivo desde a ditadura. Estudo da Consultoria Legislativa defende que Parlamento permita a independência do banco e fiscalize sua atuação

Guilherme Oliveira

A APRESENTAÇÃO DA PEC 43/2015 — que dá mandatos fixos para a cúpula do Banco Central — pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) reacendeu o debate sobre a independência do órgão. Estudo publicado pela Consultoria Legislativa do Senado na quarta-feira passada reforça a ideia de Jucá de que o avanço sobre o tema está nas mãos do Congresso.

Intitulado *Independência Ainda que Tardia: por que só o Congresso Nacional pode resolver a questão da independência do Banco Central?*, o estudo foi elaborado pelo consultor Rafael Silveira e Silva, doutor em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB). Ele concedeu entrevista ao portal Notícias do Senado e expôs suas conclusões:

Pelo aspecto econômico, a independência do Banco Central é positiva?

Não existe um consenso completo, mas existe uma forte percepção entre os estudiosos da economia, verificando o estudo comparado entre países que a adotam, de que a independência dos bancos centrais traz benefícios para a credibilidade da política monetária. Essa credibilidade facilita a administração do processo de controle inflacionário nesses países. Os arranjos institucionais que cada um elaborou para si, que tendem a mais independência para a autoridade monetária, costumam trazer resultados muito positivos. A influência política traz embutida a noção de curto prazo, de objetivos de governo, e não de Estado. Quando a gente fala de independência, estamos resgatando e buscando o papel do Estado, para garantir o valor da moeda. Agregar elementos políticos torna a condução da política monetária refém de interesses e objetivos de governo. Às vezes, isso dá certo; às vezes, não. Na história brasileira, colhemos bons frutos da experiência de metas de inflação quando determinou-se que o Banco Central fosse o gerente desse processo.

Por que, historicamente, o nosso Banco Central não ganhou independência?

A origem do Banco Central [criado em



Banco Central do Brasil

Autonomia do Banco Central poderia oferecer mais independência ao Congresso para fiscalização

1964] é voltada para a independência, mas rapidamente os governos militares converteram-no em poder para o presidente da República. Durante todo o período militar, as funções do Banco Central estiveram atreladas a objetivos políticos específicos: o desenvolvimentismo, o crescimento do Estado, o comando do Estado sobre a economia de maneira planejada e, às vezes, as necessidades específicas de grupos políticos. O Banco Central era um satélite do Ministério da Fazenda, tinha uma relação de submissão. O que surpreende é que, com a redemocratização, esse modelo não mudou.

O que impede os governos democráticos de mudarem esse cenário?

Manter essa hierarquia é um poder muito relevante. Na nossa tradição histórica, percebemos claramente que o presidente nunca abre mão da prerrogativa de manter o Banco Central sob condução rígida. Por alguns anos, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), estivemos mais próximos da autonomia. Havia grande sintonia da equipe econômica, formada pelo tripé Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central, que dava grande margem de liberdade para que o BC buscasse seus objetivos. Mas não se cogitou nenhuma transformação institucional naquele momento porque o próprio presidente não permitiu que o assunto da independência avançasse. O Executivo jamais vai abrir mão desse controle.

Então cabe ao Congresso tratar do assunto?

Só o Legislativo é capaz de colocar isso na agenda, debater e, quem sabe, construir consenso em torno de uma iniciativa que torne o Banco Central independente. O ministro da Fazenda tem outras prioridades, mas isso não

impede que o Congresso tome a frente dessa questão e seja protagonista. Mesmo que não se chegue ainda num consenso, é importante o Congresso ocupar esse espaço. Se o fizer, estará cumprindo sua função de debate democrático e circulação de ideias.

E por que o Congresso ainda não se posicionou?

Sempre houve muita resistência a essa agenda. No período militar, o Congresso foi alijado de qualquer discussão de política econômica e, quando houve a redemocratização, o modelo permaneceu centralizado. Os anos passaram, firmou-se a metodologia bem-sucedida de metas de inflação e a percepção de que a independência do Banco Central seja algo proibido vem arrefecendo. Não há unanimidade, mas já há espaço muito maior entre os parlamentares.

As mudanças propostas pela PEC 43/2015 são um bom começo?

A proposta tem virtudes. Ela insere o Congresso no relacionamento entre o presidente do Banco Central e a Presidência da República, então torna o Parlamento mais participativo na governança da política monetária. Já que o Senado chancelaria o início e o fim dos mandatos, ele serviria como árbitro quando houvesse divergências. Isso é muito relevante. Dependendo do modelo institucional escolhido para a independência do Banco Central, o Legislativo também pode se tornar "independente". Quanto mais descolados do governo estiverem os dirigentes da autoridade monetária, mais independente vai ficar a supervisão do Congresso. O parlamentar da base vai se sentir independente para cobrar e questionar. Não haverá situação ou oposição, haverá o Congresso realizando uma de suas funções principais, que é a fiscalização.

Senadores e deputados vão começar exame da política do mínimo

O Congresso começa a discutir amanhã a Medida provisória (MP) 672/2015, que estende a política de valorização do salário mínimo até 2019. O exame começa pela comissão mista (deputados e senadores) encarregada de fazer a análise prévia do texto. Segundo o governo, a fórmula, que nasceu de um projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), possibilitou aumento real de 74% no salário mínimo.

Pela MP, o reajuste até 2019 continuará sendo feito pelo índice de inflação do ano anterior (no caso, o INPC) mais o PIB de dois anos antes. Ao texto original da medida, já foram propostas 114 emendas.

Em março, a Câmara chegou a aprovar um projeto estendendo a fórmula para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo. Mas o texto foi retirado de pauta após acordo do governo com líderes da base e o presidente da Casa, Eduardo Cunha. O governo alegou que cada ponto percentual estendido aos aposentados tem um impacto anual de R\$ 2 bilhões para a Previdência.

Comissão de análise da MP do Futebol deve ser instalada amanhã

A comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 671/2015, que cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), deve ser instalada amanhã. A proposta também trata da gestão temerária das entidades esportivas e cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol.

Um dos principais pontos da medida é o parcelamento dos débitos dos clubes com Receita Federal, Ministério da Fazenda e Banco Central. De acordo com o texto, poderão ser parceladas dívidas adquiridas até o final de 2014. Também é previsto o parcelamento, com o Ministério do Trabalho, de débitos relativos ao FGTS e a contribuições sociais.

Porém, para aderir ao Profut, a MP prevê que os clubes terão que cumprir uma série de exigências. Entre elas, a realização de auditorias independentes, limite de mandato de quatro anos para dirigentes (permitida uma única reeleição) e investimento na formação de atletas e no futebol feminino.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Dívida dos estados é o primeiro item da pauta

Aprovado pela Câmara dos Deputados, projeto fixa em 30 dias o prazo para que a União adote o novo indexador das dívidas de estados e municípios, sancionado em 2014

Djalba Lima

O PLENÁRIO DO Senado poderá votar hoje projeto que fixa em 30 dias o prazo para a adoção do novo indexador das dívidas de estados e municípios. Aprovado pelos deputados, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 15/2015 — Complementar foi discutido na sessão do Senado de quarta passada e teve a votação adiada por decisão da Mesa.

Marta Suplicy (PT-SP), relatora da proposta em Plenário, pediu a rejeição de emenda que estende até 31 de janeiro de 2016 o prazo para a União promover os aditivos contratuais, independentemente de regulamentação da Lei Complementar 148/2014, que definiu o novo indexador para as dívidas.

Essa lei alterou o indexador das dívidas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros anuais de 4%. Além disso, a União deverá dar descontos sobre os saldos devedores em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado com o uso da variação

acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos contratos.

A ampliação do prazo para o próximo ano foi proposta em emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), que citou acordo “construído com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 31 de março de 2015”. O ministro manifestou temor quanto ao impacto nas contas públicas em 2015 da medida que reduz os pagamentos dos encargos das dívidas de estados e municípios para a União.

De seis emendas apresentadas em Plenário, Marta só aceitou a de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que obriga a troca do indexador das dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Para o senador, a Lei Complementar 148/2014 não determina a troca, apenas a autoriza.

Fundo de reserva

Na sessão de quarta-feira, Eunício Oliveira (PMDB-CE) sugeriu, como fonte adicional de recursos para estados e municípios, a incorporação ao texto dos termos do Projeto de Lei do Senado (PLS) 183/2015, de José Serra (PSDB-SP).



Relatora da proposta em Plenário, Marta Suplicy acatou emenda que torna obrigatória a troca do indexador das dívidas

Esse projeto determina às instituições financeiras a transferência para a conta única do Tesouro do estado, do DF ou do município de 70% do valor atualizado dos depósitos referentes a processos judiciais e administrativos. Muitos depósitos são feitos por contribuintes enquanto a Justiça ou a instância administrativa analisa pendências relativas a impostos ou contribuições.

Os 30% restantes, pelo projeto de Serra, constituirão um fundo de reserva para garantir

a restituição de parcelas, caso o contribuinte obtenha vitória no processo. O senador paulista prevê um acréscimo ao orçamento de estados e municípios de R\$ 21,1 bilhões em 2015 e de R\$ 1,6 bilhão em cada ano subsequente.

A ideia foi bem recebida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pela relatora do PLC 15/2015, Marta Suplicy. A senadora considerou a medida importante diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 25 de março, de que os

estados e municípios deverão quitar seus estoques de precatórios até o fim de 2020. Para Marta, a medida significa uma piora da situação desses entes federados, que já é difícil.

A parlamentar solicitou à Mesa o reexame da matéria, o que poderá permitir, como admitiu na quarta-feira, a incorporação dos termos do projeto de Serra ao PLC 15. Caso sejam aprovadas alterações, o PLC 15 terá de retornar à Câmara a fim de que os deputados votem o novo texto.

Para Renan, projeto de Serra cria alternativas de receita

Durante as votações em Plenário na quarta-feira passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ter defendido a aprovação do PLS 183/2015, de José Serra, em reunião com a presidente da República, Dilma Rousseff, e com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

— Quatro estados da Federação já utilizam os depósitos judiciais. E o senador José Serra tem um projeto de lei que é fundamental, importantíssimo, cria alternativas para que os estados tenham acesso à utilização de recursos grandes — disse.

Renan ressaltou que os estados brasileiros estavam acostumados à autorização de empréstimos e, agora, com

o ajuste fiscal, o Ministério da Fazenda quer evitar essa permissão.

Para o senador, a aprovação do projeto é uma forma de ajudar estados e municípios a manterem o equilíbrio financeiro. Renan avalia que as medidas de controle apresentadas pelo governo não podem prejudicar os setores mais vulneráveis da Federação e a proposta de Serra ajudaria na “qualidade” do ajuste econômico.

Na justificativa do projeto, Serra diz que os valores depositados na rede bancária referentes a litígios judiciais e administrativos em andamento constituem uma importante receita em potencial. O reco-

nhimento de parte destes valores como receita corrente, argumenta o senador, é uma forma de aumentar a arrecadação a um custo baixo. Isso porque a alternativa seria captar recursos no mercado a juros relativamente altos por meio de operações de crédito internas e externas.

“Tais valores, hoje imobilizados em contas bancárias, contribuiriam para melhorar as finanças públicas, desonerando o orçamento corrente dos compromissos com precatórios e com pagamento de dívidas consolidadas e, nas unidades em que não há passivos significativos, alavancando a capacidade de investimento”, argumenta Serra.



Serra: depósitos judiciais podem aliviar o orçamento de estados e municípios

Também na sessão plenária da última quarta-feira, respondendo a dúvidas do senador Blairo Maggi (PR-MT), parlamentares esclareceram que os depósitos judiciais e administrativos deverão ser feitos em instituição financeira oficial federal ou estadual. Do

montante total, 70% seriam repassados ao Tesouro do estado ou município. Os outros 30% formariam uma reserva para pagar as pessoas que ganharem as causas contra os entes públicos. O texto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Vai à sanção MP que migra servidor de ex-territórios para União

Foi enviada à sanção a medida provisória que permite a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima optarem pelo quadro em extinção de pessoal da União, da mesma forma que os servidores e empregados de Rondônia (MP 660/2014).

A Câmara aprovou, na quarta-feira, três emendas do Senado à MP. Uma delas reinclui no texto dispositivo que garante aos servidores do grupo de fiscalização tributária dos ex-

-territórios de Roraima e Amapá igual remuneração recebida pelos auditores fiscais da Receita Federal.

A segunda emenda aprovada pelos deputados reinseriu a previsão de que os policiais e bombeiros militares do quadro em extinção contarão com a mesma remuneração dos policiais militares do Distrito Federal. A MP originalmente já previa isso, mas o texto da emenda do Senado vai além e especifica que qualquer mudança de

remuneração dos servidores do DF deverá se estender aos dos ex-territórios, inclusive a inativos e pensionistas.

Para Roraima e Amapá, outra emenda aprovada permite o direito de opção pelo quadro da União aos empregados admitidos pelos estados de Roraima e do Amapá até 4 de outubro de 1993 e que tenham mantido vínculo empregatício amparado pelo mesmo contrato de trabalho.

(Da Agência Câmara)



Servidores de Amapá e Roraima aplaudem aprovação no Senado semana passada

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento que define a destinação dos recursos do governo federal para o ano seguinte. Parlamentares precisam aprová-la

Congresso começa a analisar LDO de 2016

NA SEMANA PASSADA, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016. A LDO é uma das três grandes normas do processo orçamentário brasileiro. Todos os anos o Executivo envia a proposta ao Congresso até 15 de abril. A peça precisa ser aprovada pelo Parlamento até 17 de julho.

Na proposta, o governo estabelece metas, diretrizes e prioridades da administração federal, como as obras e os serviços mais importantes, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Ela consolida as propostas parciais de cada Poder (Executivo, Legislativo, Judiciário), além das do Ministério Público e da Defensoria Pública, sendo elaborado pelo chefe do Executivo, com auxílio do Banco Central e dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Também traz alterações na legislação tributária e define a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento.

Dinheiro público

Assim, a LDO direciona a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que diz de onde vem o dinheiro público e como ele será usado — o Orçamento público ou Orçamento da União.

É a LDO que apresenta as projeções macroeconômicas para o ano seguinte, como as metas inflacionária e de supe-

ravit primário, a expectativa de crescimento do produto interno bruto (PIB) e a projeção do valor do salário mínimo.

Depois de recebida pelo presidente do Senado, a LDO é encaminhada para a análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A comissão é composta por 46 parlamentares titulares (34 deputados e 12 senadores), com igual número de suplentes. A distribuição das vagas segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho das bancadas — assim, PT e PMDB têm o maior número de integrantes. A composição da comissão e sua forma de trabalho estão previstas na Resolução 1/2006 do Congresso.

Metas

A Comissão Mista de Orçamento, além de ser responsável por analisar os projetos que definem os gastos do Executivo, tem a tarefa de avaliar a aplicação desses recursos e apontar eventuais irregularidades.

A comissão vota o Plano Plurianual (PPA), com metas para os quatro anos seguintes; a LDO, que estabelece os parâmetros do Orçamento; e a LOA, que organiza as receitas e despesas do ano seguinte.

A comissão ainda dá parecer às medidas provisórias que tratam de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), examina e emite parecer sobre as contas do presidente da República. Depois

de aprovada pela CMO, a LDO precisa ser votada pelo Plenário do Congresso antes de ser enviada para sanção da Presidência da República.

Orçamento Fácil

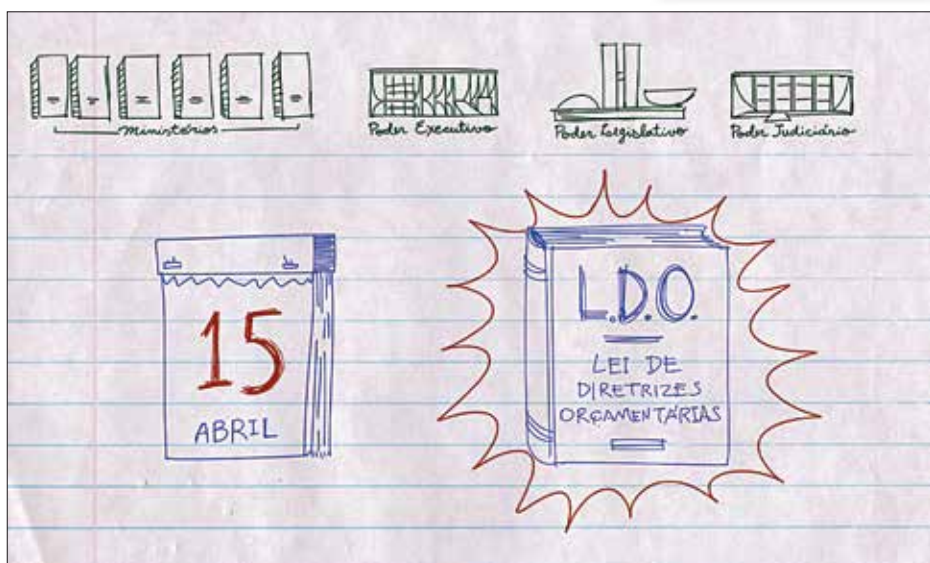
Orçamento Fácil é um projeto inovador do Senado na busca de traduzir para o grande público os principais conceitos sobre o Orçamento da União. É uma página na internet com material pedagógico desenvolvido com recursos multimídia para ajudar os brasileiros a conhecer as receitas e gastos do país e as leis que o regem.

São 12 vídeos que, de um modo lúdico, facilitam o entendimento sobre leis orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a LDO e a LOA, que deixam de ser uma sopa de letras ao cidadão comum.

Embora focado nos alunos do ensino médio, o alcance se estende de jovens com idade superior a 13 anos até idosos com mais de 65 anos, como tem demonstrado a divulgação nas redes sociais.

Qualquer cidadão pode aprender mais sobre o processo orçamentário brasileiro nos sites Orçamento Brasil, da Câmara dos Deputados; Portal Orçamento, do Senado; Escola Virtual da Secretaria de Orçamento Federal; e Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento.

Vídeos do Orçamento Fácil: <http://bit.ly/OrçamentoFacil06> <http://bit.ly/OrçamentoFacil07>



Série de vídeos feita pelo Senado explica de forma lúdica como é a análise do Orçamento da União

ACONTECEU NO SENADO

Nova divisão do ICMS eletrônico busca criar equilíbrio entre estados

■ A PEC 7/2015, que altera as regras de divisão do ICMS sobre o comércio eletrônico, foi aprovada na quarta-feira e promulgada no dia seguinte. A emenda constitucional corrigiu distorção tributária que garantia 100% da arrecadação do imposto aos estados de origem das vendas, em geral mais desenvolvidos. A nova regra redivide o ICMS com os estados de destino dos produtos.



Plenário do Senado aprova mudanças na tributação sobre compras feitas pela internet e telefone

MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE É APROVADO E SEGUE À CÂMARA

■ O Senado concluiu a votação do novo Marco Legal da Biodiversidade na quarta passada, aprovando os dois últimos destaques do texto, que será reanalisado na Câmara. A proposta regulamenta a pesquisa e exploração de fauna e flora nativas e protege saberes tradicionais.

TAXA COBRADA NA REMARCAÇÃO DE VOOS DEVERÁ SER LIMITADA

■ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira proposta (PLS 757/2011) que limita entre 5% e 10% do valor das passagens aéreas a multa cobrada pelas companhias quando o passageiro pedir mudança em um voo. O texto vai à Câmara.

LDO PARA 2016 CHEGA AO CONGRESSO

■ Na quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vai orientar a elaboração da proposta orçamentária de 2016 (leia mais na reportagem ao lado).



MINISTRO DO ESPORTE INFORMA SOBRE PROJETOS

■ Na quarta-feira, o ministro do Esporte, George Hilton, participou de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ele apresentou os planos e projetos da pasta para os próximos anos e um balanço dos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

■ A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher recebeu na terça da semana passada a ministra Eleonora Menicucci, que apresentou as ações do governo no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

BNDES É TRANSPARENTE, AFIRMA COUTINHO

■ Em audiência das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura, na terça-feira, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, garantiu que o banco é transparente e que o sigilo de empréstimos para Cuba e Angola é reavaliado.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLASUL

■ O senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi eleito presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

CRÍTICAS MARCAM HOMENAGEM AOS ÍNDIOS

■ Na quinta-feira, o Senado fez uma sessão especial em homenagem aos povos indígenas. Críticas aos parlamentares, PEC da Demarcação, grupo de trabalho para os índios, além do Marco Legal da Biodiversidade, foram temas de discursos dos indígenas.



CHIRO É OUIDO NA CPI DAS PRÓTESES

■ Na terça-feira, a CPI que investiga denúncias de fraudes com implantes de próteses e órteses ouviu o ministro da Saúde, Arthur Chioro, que defendeu a reformulação do setor.